



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo

PORTARIA Nº 02/2018 – MPC/GABCM

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

Considerando que as informações prestadas pela Prefeitura de Ribeirão das Neves em resposta ao Ofício n. 52/2016/GAT/MPC não esclareceram adequadamente como foram contratados e como estão sendo executados os serviços de manutenção dos ativos de iluminação pública no município;

Considerando que a Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves não encaminhou todas as informações e documentos solicitados pelo Procurador Geral do Ministério Público de Contas, tais como: cópia da legislação municipal que instituiu a contribuição para custeio da iluminação pública; e cópia do processo de adesão ao Pregão Eletrônico n. 001/2014, realizado pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que culminou na celebração do contrato de prestação de serviços n. 083/2015 entre o Município de Ribeirão das Neves e o Consórcio Iluminação Metropolitana;

Considerando que, apesar da Prefeitura Municipal informar ter celebrado contrato com o Consórcio Iluminação Metropolitana para execução dos serviços de manutenção dos ativos de iluminação pública, os dados extraídos do SICOM demonstram pagamentos realizados diretamente à empresa SELT Engenharia pela execução dos mesmos serviços nos exercícios de 2015, 2016 e 2017;

Considerando que dados extraídos do SICOM demonstram indícios de irregularidades na arrecadação, contabilização e aplicação dos recursos da contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública nos exercícios de 2015 a 2017, cuja destinação é vinculada;

Considerando a competência do Tribunal de Contas para, nos termos do art. 76, incisos III, XIII e XIV, da Constituição do Estado de Minas Gerais, examinar a legalidade dos procedimentos licitatórios e dos contratos celebrados pelos jurisdicionados, aplicando, caso constatada alguma ilegalidade, as sanções previstas na Lei Complementar Estadual n. 102/08 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Minas Gerais);

Considerando o disposto no artigo 2º, inciso III e §2º, e no artigo 3º da Resolução MPC-MG Nº 07, de 21 de novembro de 2013, **resolvo**, no uso das



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo

atribuições ministeriais, **instaurar o presente procedimento preparatório para apurar possíveis irregularidades** na arrecadação, contabilização e aplicação dos recursos da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública no Município de Ribeirão das Neves, incluindo as licitações e os contratos administrativos que utilizem como fonte os referidos recursos.

Após a adoção das medidas cabíveis, determino que os autos retornem conclusos ao meu gabinete.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2018.

Cristina Andrade Melo

Procuradora do Ministério Público de Contas